

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Diplomacia do vinagre

Desde a formação dos estados nacionais, no século 14, ocasião em que foram implementadas as condições para o surgimento de um corpo burocrático e de toda uma infraestrutura para garantir o funcionamento de uma “máquina pública”, viu-se que a possibilidade real de tomar decisões internas que fossem aceitas por outros países e outras culturas estava condicionada diretamente à capacidade do Estado de se relacionar diplomaticamente com o mundo à sua volta. De certo modo, a existência e o prolongamento dos estados modernos recém-surgidos se deviam ao bom desempenho de seu corpo diplomático. Questões fronteiriças, religiosas e outras que facilmente descambavam em guerras sangrentas poderiam agora ser mediadas pela diplomacia, economizando vidas e poupando a economia.

Muitos historiadores identificam esse período como o que estabeleceria as primeiras centelhas do que viria a ser posteriormente, no século 19, chamada de Realpolitik. Esse termo, que pode também ser definido como política real, prega que a diplomacia deve ser baseada em considerações práticas, despidas de noções ideológicas, direcionada sobretudo pelo interesse nacional — ou seja, apoiada por princípios do realismo e do pragmatismo. “Para derrubar os muros de Jericó, o Realpolitik sabe que a picareta é mais útil que a trombeta mais poderosa”, teria dito o criador do termo, Von Rochau. Com isso, ele queria dizer que a diplomacia tinha pela frente que enfrentar um mundo sem regras liberais esclarecidas por meio justamente de ideias liberais e esclarecidas.

Nesse sentido, a Realpolitik se diferencia da Machtpolitik, que é a política do poder usada para proteger os interesses nacionais, inclusive com o uso da força e do troar dos canhões. O Brasil, que historicamente, em suas relações com o restante do mundo, sempre se posicionou a favor do entendimento e da paz internacional, praticava, até o advento da nova gestão, uma política externa alicerçada na Realpolitik, longe de influências político-partidária, voltada apenas para o interesse nacional.

Era o tempo da diplomacia pragmática e profissional a serviço do Estado e não de governos. Com a chegada das esquerdas ao poder, essa orientação, respeitada mundialmente, mudou do vinho para o vinagre, azedando as relações do Brasil com seus tradicionais parceiros, como é o caso dos Estados Unidos. Pior ainda, passou a se aliar a ditaduras, como China, Rússia, Irã, Coreia do Norte, Cuba, Venezuela e Nicarágua.

A politização crescente nas relações diplomáticas do Brasil, simbolizada até pela presença incomum de dois ministros das Relações Exteriores, mostra que nosso país tomou léguas de distância do pragmatismo e, hoje, pauta suas relações com o mundo de acordo não com os interesses nacionais, mas com o que deseja o ocupante atual do Palácio do Planalto. Essa guinada à esquerda do Itamaraty tem feito muito mal ao próprio Itamaraty e ao país, uma vez que o realismo diplomático ou a Realpolitik foi posto de lado em benefício apenas das ideologias, com enormes prejuízos para toda a nação.

Nas recentes plenárias realizadas pela ONU, ficou explícita também a atual posição do Brasil, um país cuja legitimidade para defender causas democráticas, violência ou meio ambiente é nenhuma, dado a nossa triste realidade interna. Nossa reputação diplomática e técnica de outrora é coisa de um passado distante. Isso ficou patente com o apoio dado pelo nosso governo ao plano de paz da China, que fortalece a ditadura russa e impõe à Ucrânia o reconhecimento de perda de mais de 20% de seu território, invadido ilegalmente por uma potência nuclear que nunca respeitou o direito internacional.

Na verdade, o Itamaraty é o responsável pela política de relações externas do governo, que se resume à atuação e ao que orienta as pessoas de sempre. Em nosso caso, a maturidade ou a velhice parece não ter produzido bons líderes políticos. A semelhança dos vinhos de qualidade, que adquirem maturação e refinamento sensorial com o passar dos anos em cascos de carvalho, nossas lideranças ganharam em acidez e, hoje, tratam de azedar nossas relações com o Ocidente civilizado, preferindo a companhia de bárbaros e outros tiranos intragáveis.

» A frase que foi pronunciada:

“Quando os direitos humanos são desrespeitados em casa, tornam-se públicos.”

Néilda Piñon

» História de Brasília

Estou recebendo de juiz da 1ª Vara Criminal a intimação para servir como jurado na 4ª sessão do júri. Comparecei, naturalmente, como cidadão, cumprindo um dever. Resta, entretanto, uma ressalva. O termo intimação poderia ser substituído por convite, porque estarei presente cumprindo um dever de cidadão, mas para cumprir com esse dever jamais precisaria ser intimado. (publicada em 18/4/1962)

As boas políticas públicas precisam ser continuadas

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

No próximo domingo, o país realizará mais uma eleição de prefeitos e vereadores nos seus mais de 5 mil municípios. Mais uma oportunidade não só para consolidar o processo democrático brasileiro, mas também para avaliar os resultados das políticas públicas implementadas nos últimos anos. O Brasil tem, infelizmente, uma cultura de descontinuidade mesmo daquelas políticas que se mostraram exitosas. Para a área da educação, isso é dramático face à sua forte capilaridade social. Cabe assim à sociedade se mobilizar para evitar esse cenário de “começar tudo do zero” e ser a grande guardiã das políticas que vêm dando certo, especialmente aquelas que se mostraram eficientes, eficazes e efetivas. Os três Es significam: a eficiência — se as políticas governamentais estão produzindo os resultados esperados a um custo razoável; a eficácia — se as metas e objetivos do governo estão sendo alcançados; e, finalmente, a efetividade — se a população está satisfeita com os serviços que lhe são prestados.

Notadamente, uma política torna-se estruturante quando se transforma em lei, deixando, assim, de ser de governo e passando a ser de Estado. Não pertence a um prefeito ou a um vereador, mas é uma conquista de toda uma sociedade. Mas, para que isso ocorra, é preciso que o gestor municipal possa ter dados confiáveis acerca dos resultados dessa política e clareza em comunicá-la. A certificação desses resultados por instituições sérias e credenciadas pode ser um aliado importante nesse processo. Temos visto isso com o trabalho da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto junto a municípios paulistas, como

Jundiá, Batatais e Cordeirópolis. Os dois últimos recentemente sancionaram uma lei de fortalecimento da construção de políticas públicas de educação baseadas em dados e evidências científicas.

Costumo dizer, com frequência, que o Brasil pode aprender com o Brasil. Dois exemplos podem ilustrar o que quero dizer. O primeiro vem do estado do Ceará com o Programa de Alfabetização de Crianças na Idade Certa (Paic), enquanto o segundo vem do estado de Pernambuco com as escolas de tempo integral de ensino médio. Tais políticas estruturadas por lei inspiram o país no campo da alfabetização e do ensino médio, respectivamente. Os resultados são expressivos, e a própria sociedade reconhece tais programas como conquista de vários governos, sejam por aqueles que iniciaram, sejam por aqueles que expandiram ou por aqueles que aperfeiçoaram tais políticas, mas sempre mantendo a espinha dorsal do que os caracteriza. Manter não significa preservar para sempre sua estrutura inicial, mas aperfeiçoá-la, sem perder os seus pilares.

O Brasil ainda vive as consequências nefastas deixadas pela pandemia de covid-19. Um grande esforço vem sendo feito por estados e municípios, responsáveis diretos pela oferta educacional, em colaboração com o governo federal, na recomposição da aprendizagem escolar, especialmente em crianças menores na fase de alfabetização. Isso reforça ainda mais a tese de que não é hora de descontinuar as políticas que estão dando certo, mas de manter e aperfeiçoar. Jamais pregar a política do começar do zero, do que nada presta. Os próximos gestores municipais terão muitos

desafios pela frente no campo da educação. O principal deles persiste no avanço da aprendizagem escolar e na redução da desigualdade. Os últimos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), relativos a 2023, mostraram que o Brasil melhorou em relação a 2021, mas, em geral, ficou ainda abaixo daqueles de 2019 — ou seja, daqueles de antes da pandemia, que já eram relativamente pífios.

Torna-se fundamental aumentar a escolaridade de jovens e adultos articulada com programas de geração de renda e com a cadeia produtiva local. Nesse caso, vai exigir uma ação articulada com diferentes secretarias de governo e nas três esferas do Poder Executivo.

Outro exemplo, e isso ficou bastante evidente nas campanhas eleitorais, refere-se à oferta de creche, estratégica para que as mães não só possam trabalhar e estudar, mas também para promover o desenvolvimento pleno das crianças de 0 a 3 anos. É preciso entender que creche não é apenas cuidar, mas também educar. James Heckman — prêmio Nobel de Economia de 2000 — é enfático ao afirmar que nenhum investimento é maior do que aquele feito na fase da primeira infância, pois cada dólar investido se reverte em sete dólares no futuro.

Os tempos são de recomposição da aprendizagem e de inovação para que a educação avance na velocidade que a sociedade espera. Serão tempos que vão exigir cada vez mais o uso da ciência na tomada de decisão e de usá-la adequadamente, assim como no emprego de novos modelos de gestão no campo da educação, tais como o uso eficiente e transparente das parcerias público-privadas.



Com o parlamento que temos

» JOSÉ HORTA MANZANO

Empresário

O sistema político francês, que o general Charles de Gaulle arquitetou e fez assentar na Constituição de 1958 (que vigora até hoje), é tido como semipresidencial. O presidente da República é chefe do Estado, com atribuições executivas, em princípio, limitadas. Como em todo regime parlamentarista, um primeiro-ministro desempenha as funções de chefe do governo, secundado por ministros.

Um detalhe de capital importância, que confere ao sistema características diferentes dos regimes parlamentares tradicionais, é que a eleição do presidente se faz pelo voto popular direto. Essa particularidade contribui para que esse presidente, longe de exercer apenas funções protocolares, torne-se a figura número um da política nacional, um personagem central e vistoso, que acaba relegando o primeiro-ministro a segundo plano.

Essa força presidencial está na raiz da atual crise política do país. Desde que o presidente decidiu dissolver o parlamento, três meses atrás, o país ficou sem governo. Primeiro-ministro e demais ministros permaneceram provisoriamente só para tratar os assuntos do dia a dia, deixando temas de peso em banho-maria.

Se a escolha do chefe de governo (primeiro-ministro) fosse atribuição dos parlamentares, provavelmente teriam chegado a um acordo aceitável por todas as correntes políticas. No entanto, dado que cabe ao presidente da República nomear o governo — e que o presidente é forte e poderoso —, ele acabou escolhendo os ministros segundo

gosto pessoal, sem levar em conta as correntes políticas representadas na assembleia. E demorou três meses para fazê-lo.

O novo governo já foi nomeado e arregaçou as mangas. No entanto, dado que a escolha dos ministros foi feita segundo a vontade presidencial, tem-se atualmente uma situação emaranhada, difícil de destrinchar. Qualquer solução, ainda que agrade a uns, será execrada por outros.

O mundo mudou nestes 70 anos, e a Constituição francesa envelheceu. Feita para um panorama político em que apenas dois partidos dominavam a cena, tornou-se difícil de aplicar num universo em que três forças políticas praticamente se equivalem.

No Brasil, de tempos em tempos, quando o caldo engrossa nos altos círculos de Brasília, volta à baila a ideia de um semipresidencialismo. Esse sistema, que tem boas chances de vicejar num terreno bipartidário, seria, entre nós, fator de instabilidade paralisante. A miríade de partidos representados em nosso Congresso não permite que se pense num regime parlamentar aoplado a um presidente eleito pelo voto universal. A figura presidencial tende a sugar e puxar para si a aura que deveria pairar sobre o parlamento.

Nossos congressistas estão mal acostumados. Cacoetes preexistentes foram potencializados nos tempos de Jair Bolsonaro, quando um governo acuado se tornou refém do Congresso. Generosas emendas personalizadas floresceram e criaram raízes. O governo Lula não tem mostrado habilidade para mitigar a avidez de suas excelências.

Nossa pulverização partidária dificulta a formação de maiorias estáveis, fenômeno que leva a um ambiente efervescente e a um confronto permanente entre Executivo e Legislativo. Essa tensão desprovida de sentido não deveria existir. Ela não leva benefício a ninguém.

Se um dia vingar a ideia de introduzir-se um regime parlamentar, a figura presidencial terá de ser inteiramente repensada. Poderes e atribuições do cargo serão drasticamente limitados. O presidente não será mais que chefe do Estado, escolhido pelo Congresso entre os notáveis do país, uma figura simbólica com visibilidade, mas sem poder.

Neste momento, temos um presidente com convicções de esquerda e um Congresso que tende nitidamente à direita. Esse antagonismo entra em choque com frequência e atravanca o avanço do país. Nossa política externa, com forte dependência da ideologia presidencial, tem seguido rumos pedregosos e estéreis. Pouco a pouco, o Brasil tem perdido importância, limitando-se hoje a discursar na ONU para criticar a ONU.

Alguém dirá: “Mas como! Um regime parlamentar com o parlamento que temos?” Por minha parte, acredito que o ser humano pode se emendar. Nossos parlamentares se comportam hoje com a irresponsabilidade de adolescentes birrentos. Fazem isso porque sabem que o Executivo tem meios de aparar os exageros vindos do Congresso. No dia em que o Poder Executivo for exercido pelo próprio parlamento, o quadro se transformará.